

**MODO DE VIDA DE CRIANÇAS “SEM CASA” “SEDENTARIAS”:  
SUAS CASAS, SUAS FAMÍLIAS, SUAS VIDAS\***

***THE LIFESTYLE OF “SEDENTARY” HOMELESS CHILDREN:  
THEIR HOUSES, FAMILIES AND LIVES***

*Elaine Pedreira Rabinovich*<sup>1</sup>

RABINOVICH, E. P. Modo de Vida de Crianças “Sem Casa” “Sedentárias”: Suas Casas, Suas Famílias, Suas Vidas. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.*, São Paulo, IV (I), 1994.

**Resumo:** Este estudo objetiva descrever algumas condições do modo de vida infantil de um agrupamento “sedentário” de 20 famílias cujas “casas” estavam localizadas sob um viaduto da cidade de São Paulo, visando compreender os mecanismos mediadores entre este modo de vida e aspectos do desenvolvimento infantil. Este modo de vida é intermediário entre crianças “de rua”, desde que elas têm “casas” e famílias, e “favelados”, dado o caráter temporário destas moradias. Vários recursos metodológicos foram utilizados para realizar esta tarefa, incluindo a observação direta dos arranjos espaciais das casas, observações das atividades infantis dentro e fora da casa e anamnese infantil. Algumas características do contexto desenvolvimental destas crianças foram: contexto favorecendo não apenas o apego mãe-criança como outras relações múltiplas e simultaneas; forte influência do grupo de coetaneos; autonomia percebida como “ameaçadora” pelas mães embora as crianças estivessem “na rua”; espaço pessoal coletivo ou “um sentido do self” que incorpora outras pessoas «IRONICK, 1992); tempo ^policrônico (HALL, 1983); falta ou dificuldade de manter os cuidados sanitários favorecendo morbidade; diferenciação precoce entre crianças “bem” e ~ mal’ desenvolvidas dada a falta de suporte social aos pais; escolaridade ausente ou atrasada; falta de estabilização social refletida na criança como instabilidade comportamental, sentimentos de desenraizamento e dificuldade de projetar o futuro.

Palavras-chave: crianças sem casa; contexto desenvolvimental; modo de vida infantil; família “sem casa”; casas dos “sem casa”.

\* Pesquisa desenvolvida no instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com alunos dos Professores Dr. Cesar Ades e Dra. Emma Otta Agradecimentos especiais a Aparelda Norma M-artins, Juliana Telles de Azevedo, Maria de Fátima Neves da Silva e Vanessa Bombardi pela coleta, discussão e apresentação em congressos na pdmdra e segunda fases da pesquisa Participaram da primeira fase: Ana L. G. Bastos; Andréa Z. H. Silva; Cristina F. Sugano; Hdoisa Hanada; Luciana Dadico; Luciana Saul; Luiz F. B. Ena e Roberta A. Celeste. Agradecimentos à Prof. Maria Elizabeth Montagna pela colabora~ão na ana~lise dos desenhos.

<sup>1</sup> Psicóloga Clínica, Mestre em Psicologia Experimental / USP e pesquisadora do Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano - CDH, Faculdade de Saúde Pública/USP.  
End.: Av. Dr. Arnaldo, 715 - subsolo - sala 21, São Paulo - SP, CEP 01246-904 - Fone/Fax: (011) 851.3572.

**Summary:** This study aims to describe some conditions of the lifestyle of children from a sedentary grouping of 20 homeless families living under a viaduct in the city of Sao Paulo, in order to understand the mediating mechanisms between this lifestyle and some aspects of child development. This lifestyle is intermediary between “children of street”, since they have families and “houses”, and “squatters”, as they may have to keep moving from one urban space to another. Several methodological resources were used to accomplish this task, including direct observation of space arrangements of the houses, observation of children’s activities indoors and outdoors, and child anamnesis. Some characteristics of the developmental context of these children were: context favouring not only mother-child attachment but other multiple and simultaneous relationships; strong influence of peer relationships; autonomy perceived as dangerous by mothers but children being “on the street”; collective personal space or “a sense of self” that incorporates other people (TRONICK, 1992); polychronic time (HALL, 1983); lack or difficulty in the maintenance of sanitary cares favouring morbidity; early differentiation between “well” and “poorly” developed children due to lack of social support to parents; delayed or absent schooling; lack of social stabilization reflected on the child as behavioural instability, feelings of unrooting and of having no future.

**Key-words:** Homeless children; developmental context; child lifestyle; homeless family; homeless “houses”.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte de um conjunto de projetos de estudos etnográfico sobre o modo de vida de grupos sócio-culturais brasileiros (RABINOVICH, 1992, 1993, 1994), onde se considera que desenvolvimento e contexto formam um todo integrado do qual resulta a manifestação concreta que é a criança em desenvolvimento. O desenvolvimento infantil está sendo pensado como um sistema co-gestado, co-regulado e co-construído, onde casa e família, a rede material e relacionar, confluem como o meio onde e através do qual ocorre a rede de significações que “informará” o próprio desenvolvimento.

O presente estudo tem como objetivo descrever alguns aspectos do modo de vida de um grupo de crianças e de suas famílias cujas “casas” estavam localizadas sob um viaduto da cidade de São Paulo.

No Brasil não existem estudos conclusivos sobre o número de pessoas que moram nas ruas (TASCHNER e RABINOVICH, 1994). Se tomarmos a definição de “homeless” da “ONU” - aquelas pessoas que não possuem domicílio estável ou que moram em habitações precárias que não atendem aos padrões mínimos de habitabilidade - certamente o número seria muito elevado, já que incluiria habitantes de favela, cortiços e outros tipos de habitação precária.

O município de São Paulo tinha 9,48 milhões de habitantes, pelo Censo Demográfico de 1991. Em 1992, as estimativas da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Humano (São Paulo, 1992) indicavam para a capital 1805 favelas, onde residiam mais de um milhão de pessoas, cerca de 10.7% da população municipal.

Foram feitas no município duas investigações para a caracterização da população de rua, em 1991 e 1993, pelas Secretarias do Bem Estar Social, concluindo-se haver entre 4000 a 10000 pessoas. Porém, a população total de rua ou na rua acrescida dos demais moradores de loteamentos clandestinos pode estar na casa das 600 mil pessoas (O Estado de São Paulo, 14/02/1993).

Muitas dessas pessoas constituem famílias onde crianças crescem e se desenvolvem. Nos Estados Unidos, por exemplo, crianças e suas famílias compreendem 38% de toda a população de rua do país (MOLNAR et al., 1990).

Apenas recentemente, pesquisadores começaram a considerar que tipo de impacto essas condições têm sobre crianças, considerando os problemas de saúde, a fome má nutrição, os atrasos no desenvolvimento, os problemas psicológicos e a não aquisição educacional.

As crianças “sem casa” teriam riscos gestacionais e de parto, baixo peso ao nascer e grande mortalidade pós-natal. Tenderiam a ter uma alimentação inadequada, com deficiências de ferro, vitaminas e minerais; seriam sub ou não imunizadas e expostas a um amplo espectro de ações ambientais danosas, com repercussão sobre o aparelho respiratório superior, diarreia e problemas na pele. Más condições sanitárias e superpovoamento facilitariam o aparecimento de doenças infecciosas e comunicáveis, de modo que tenderiam a ter mais doenças, em geral, que crianças apenas pobres, ao mesmo tempo que diminuiria o acesso aos cuidados à saúde quer preventivo, quer curativo. Estariam mais expostas a ter fome (RAFFERTY, 1991). Teriam dificuldades na linguagem, capacidades sociais e desenvolvimento motor (BASSUK, citado em MOLNAR et al., 1990) problemas de sono, timidez e agressão, déficits da atenção, interação imatura com crianças e inadequada com adultos. Estudos mais recentes, contudo, não mostraram problemas de desenvolvimento tão graves (RAFFERTY, 1991), sendo possivelmente a pobreza o fator mediador para tais problemas. MOLNAR et al. (1990) sugerem que são os infortúnios dos pais e seus efeitos sobre os comportamentos parentais os mediadores do desenvolvimento e funcionamento psicológicos infantis. Considerando-se a necessidade de uma base segura estabelecida a partir de uma relação íntima confiável e duradoura para o desenvolvimento adequado ocorrer, (BOWLBY, 1984), a falta de segurança se repetiu nas relações da criança consigo própria e com o ambiente, gerando sentimentos de inadequação, desconfiança, falta de autonomia. A ausência de casa pode produzir um sentimento psicológico de isolamento ou desconfiança tanto quanto a ruptura de elos sociais (GOODMAN, 1991). No adulto a perda de controle sobre o seu meio e suas vidas propicia um risco maior para o desamparo aprendido e a depressão através de uma passividade generalizada, aumentando o risco de aparecimento, na criança, de desordens depressivas, ansiedade, problemas na atenção, apego inseguro e incompetência social (RAFFERTY E SHINN, 1991). Ambientes superpovoados, caóticos, criariam condições propícias para o conflito e interações potencialmente violentas entre pais e crianças, com práticas de abuso de crianças (MOLNAR et al., 1990).

A questão educacional aparece como um grande desafio, desde a ida das crianças à escola até a sua permanência nela, passando por elevados índices de retenção e pobre performance acadêmica. Apontam RAFFERTY e SHINN (1991) que a escola é especialmente crucial para as crianças “sem casa” porque ela pode instilar um sentido de estabilidade que lhes falta.

RIVLIN (1990) aponta para as possíveis conseqüências do modo de vida dos sem casa sobre a identidade em desenvolvimento da criança. Para ela, o meio circundante da criança modela suas vidas, suas personalidades, seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, estando todas as experiências assentadas sobre lugares. Dois componentes deste processo seriam o espaço pessoal e o lugar pessoal. O primeiro seria necessário para controlar a apropriada distância interpessoal e grau de estimulação oriunda do exterior, sendo afetado quer por privação quer por superestimulação (crowding). O segundo seria necessário para a construção da identidade a partir da "identidade espacial", a "subestrutura de auto-identidade que consiste das cognições sobre o mundo físico no qual o indivíduo vive", para a qual o grau de estabilidade estaria ligado à possibilidade de formar elos positivos, apegar-se ao lugar. O lugar é, pois, para esta autora parte do contexto de onde se forma a identidade. A perda do lar afetaria o sentido de si própria devido à ausência de lugares pessoais quer no espaço quer no tempo, gerando insegurança devido à dificuldade de controlar o espaço, ou seja, ter um lugar próprio para se refugiar e se apegar.

RIVLIN (1990) descreveu quatro tipos de modos de morar na rua, ressaltando a importância da dimensão temporal nesta classificação: crônicos, periódicos, temporários e total. Nesta mesma direção, RABINOVICH (1993) pesquisou a casa dos "sem casa" concluindo haver quatro tipos de "moradias" na rua - assentado, caverna, nômade e selvagem - que variaram segundo o nível de estabilidade tempo-espacial e segundo o tipo de organização do grupo: enquanto assentados e caverna eram mais estáveis com famílias e crianças habitando nessas condições, nômades e selvagens eram principalmente adultos masculinos, sem crianças. Prosseguindo estes estudos, e dentro da concepção teórica sobre desenvolvimento infantil exposta inicialmente, propusemo-nos estudar um grupo de crianças "assentadas".

### **OBJETIVO E MÉTODO**

O objetivo do presente estudo foi descrever casas, famílias e alguns aspectos do desenvolvimento infantil de crianças "sem casa" de um agrupamento de "assentados". Foi uma pesquisa exploratória que, ao descrever as condições do modo de vida, pretendeu levantar hipóteses sobre como, a partir dele, as crianças se desenvolvem.

Consideramos "casa" como o conjunto dos elementos materiais que constituem o quadro no qual se desenvolvem as atividades do morador (BERNARD, 1992). "Assentado" é uma catego-

ria descritiva de um modo de morar na rua em que as "casas" possuem portas com trancas. Assemelham-se a casas de Avelados mas diferem destas por serem provisórias dado a sua localização na via pública (RABINOVICH, 1993).

Utilizamos uma metodologia descritiva a partir de instrumentos desenvolvidos em pesquisas anteriores (RABINOVICH, 1992, 1993, SIQUEIRA et al., 1992). Esta abordagem metodológica situa-se no cruzamento entre a etologia com a etnografia, concebendo os fatos sociais como realizações práticas (GUCHT, 1991), isto é, entendendo que os fatos sociais realizam-se nas interações entre os interagentes. Consequentemente, o método primeiro é a observação do terreno, dos aiores em situação e do contexto material, relacionar e social em que a interação ocorre.

### **INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO**

Foram utilizados quatro instrumentos para a coleta de dados: roteiro para a observação da casa; roteiro sobre a organização familiar; roteiro de anamnese infantil e roteiro para observação da criança.

Foram realizadas oito visitas ao agrupamento em um período de seis meses. Em uma primeira fase, entrevistamos os moradores e observamos as crianças dentro das casas. Em uma segunda fase, foram observadas as crianças fora de suas casas. Nesta fase, foi pedido desenhos (HTP e livre) às crianças.

A escolha das casas foi aleatória, desde que houvesse crianças de até 6 anos de idade.

### **RESULTADOS**

#### **1. O local**

A pesquisa foi realizada em um agrupamento de "casas" localizado sob um viaduto em uma avenida marginal de São Paulo, sendo uma zona de tráfego pesado, urbanizada e povoada.

O agrupamento possuía cerca de 180 casas, não sendo regulamentado, constituído por moradias improvisadas, feitas a partir de material sucateado.

Ao lado do assentamento ficava uma transportadora que empregava muitos dos moradores e que tem um pátio de manobras onde as crianças brincam.

A luz elétrica, retirada clandestinamente de postes de iluminação, estava presente em todas as casas. A água era retirada também clandestinamente e servia a algumas casas que tinham uma torneira. As demais usavam mangueiras, ou tanques coletivos, ou a água

de bar próximo. Havia um sistema de esgotos precário. Segundo uma moradora, “antes de ter os barracas, passaram (a prefeitura) umas manilhas com uns bueiros. O pessoal dos barracas percebeu e fez aligação (do esgoto) com os bueiros. Por isto tem toda esta terra levantada (removida para dar acesso aos bueiros)”. Observamos também esgotos sendo lançados às guias da estrada diretamente, donde eram captados pela rede de águas pluvial. Além disso, havia valas a céu aberto por onde fluía uma água pretensamente “limpa”, oriunda dos tanques localizados fora das “casas” onde eram lavadas louças e roupas.

## 2. Quem são

Foram entrevistados 20 famílias de moradores, geralmente apenas a mãe, de 20 casas com um total de 98 moradores, cerca de 5 pessoas por casa. Metade dos moradores eram crianças e os adultos dividiam-se entre homens (26.5%) e mulheres (24.5%).

A amostra estudada revelou um grupo de famílias migrantes de origem nordestina, chegadas há um ano em São Paulo, basicamente formada por famílias nucleares, porém frequentemente acrescidas de outros parentes ou com parentes morando no agrupamento. Tratou-se de casais jovens entre 20 e 30 anos, com uma média de 25 crianças e 5 pessoas por casa. Possuíam nível educacional baixo, apenas a metade das crianças frequentava a escola. 65% das crianças já nasceram em São Paulo. O motivo para morarem no local era a possibilidade de trabalho, realizado pelos homens quer em uma transportadora próxima quer em trabalhos eventuais. Os homens tenderam a administrar o dinheiro parecendo seguir o padrão “tradicional” de atribuição do poder. Desejariam retornar à terra natal e/ou mudar para imóvel próprio. Alimentavam-se basicamente de arroz, feijão, geralmente com três refeições por dia.

## 3. Como moram

### 3.1. as casas

Eram casas de compensado de madeira, escuras e não ventiladas, de cerca de 30 m<sup>2</sup>, geminadas, com divisórias de compensado e/ou cortinas, sem portas exceto a da entrada. Consistiam em locais designados a ser quarto e cozinha, a sala combinando-se quer com um quer com outro. Algumas tinham banheiros, precários, já que não dispunham de água corrente. Apesar dessa precariedade, possuíam móveis - cama e mesa,

fogão e TV. Dormiam 2 a 3 por cama e cada pessoa tinha 5 m<sup>2</sup> para si. As casas eram ornamentadas com tecidos - almofadas, cortinas, tapetes, toalhinhas - e com motivos infantis, o que as tornavam acolhedoras. Eram arrumadas, e as crianças dispunham de brinquedos. Havia pouco espaço interior para brincar mas havia espaço na “rua”.

A questão da segurança “social”, ou seja, o perigo atribuído ao ser humano era grande, quer devido à via de trânsito rápido quer a brigas e discussões.

As “casas” eram verdadeiros lares. Havia pouca possibilidade de privacidade e intimidade. Ao invés, um modo coletivo de vida emergiu das observações, originando a hipótese de um “espaço pessoal coletivizado” próprio a uma sociedade relacionar ou interdependente. (DAMASCO, 1985) Além disto, duas questões apareceram: as rotinas não estavam baseadas em lugares especiais para atividades especiais e os arranjos espaciais das casas estavam em contínua mudança. Pudemos reconhecer aí o que HALL (1983) chamou de tempo policrônico. O tempo policrônico significa que muitas coisas são feitas ao mesmo tempo e é oposto ao tempo monocrônico, privatizado. É um conceito complexo que inclui um sistema total de crenças, valores e ações. Conforme HALL (1983), a temporalidade é um sistema de classificação que ordena a vida.

## 4. As crianças

### 4.1. as crianças segundo os dados colhidos na anamnese

A partir do relato materno, pudemos traçar um quadro de crianças desejadas (55%), embora não planejadas (90%), gravidez e parto normais (90%), aleitadas até 3 meses (58%), 7 meses (21%) e outras ainda sendo aleitadas; alimentando-se e dormindo bem, sem cama própria (80%). Somente 30% tinham rotinas diárias. Metade das crianças andou cedo, antes dos 12 meses, e 20% muito tarde, após 19 meses. Aparente atraso na aquisição da linguagem.

Afora uma criança desnutrida, as doenças relatadas foram: nunca doente (25%); desidratação (15%); pneumonia (20%); diarreia (15%); anemia (5%). Contudo, foram observados 3 casos de desidratação e muitos problemas alérgicos e respiratórios.

A reação materna ao choro infantil era o acalento (58%) ou aleitar (5%) mas algumas mães (21%) responderam nada fazer, “nunca chora” (18%) e bater (São). Destas respostas pudemos depreender que os cuidados maternos poderiam ser inadequados nestes casos.

A meação das mães à autonomia infantil foi: sempre ao seu lado (45%), preocupada se a criança se afasta (30%). Somente 10% das mães disseram permitir a aula tontura infantil.

#### 4.2. as crianças segundo dados de observação dentro das casas

Vinte e oito crianças até 6 anos de idade foram observadas dentro de suas casas a respeito de: a) Cuidados, definido como a responsabilidade às demandas e necessidades infantis; limpeza; modo de vestir; interações físicas e verbais; b) Autonomia, definida como a possibilidade de a criança explorar objetos, espaço e pessoas fora de casa. Foram feitas também observações sobre o que a criança estava fazendo, onde, com quem e com quais consequências. Quem estava com a criança, fazendo o que e como, em uma distância de 3 metros foi também observado.

Estas observações mostraram que, com relação aos cuidados, 53.6% das crianças foram consideradas como recebendo um cuidado adequado, 32.4% como recebendo cuidados inadequados e 14.3% como recebendo "super-cuidados". Com relação à autonomia, 20 crianças foram observadas. 50% delas tinham pouca ou nenhuma autonomia e 45% tinham uma autonomia limitada. Uma criança cujos irmãos eram pedintes tinha autonomia total.

Destas observações, pudemos verificar a ocorrência de padrões diferentes de cuidados e interações afetivas neste mesmo contexto social.

Referentes a cuidados inadequados, três condições emergiram. Quando bebês, algumas crianças não eram estimuladas talvez por crenças culturais. A maioria dos pais pesquisados eram de origem nordestina, região onde há um alto índice de mortalidade infantil. Pode haver um padrão cultural em que se espera "vingar" a criança para então os pais, mais assegurados de sua sobrevivência, investirem nela, o que ocorreria com cerca de um ano de idade, com a locomoção. Esta é uma das hipóteses de porque em algumas crianças houve um atraso do desenvolvimento motor ao mesmo tempo em que pareceu que a mãe pouco se dedicava a ela. Confirmando esta hipótese, uma mãe relatou que sua criança teve um intenso desenvolvimento motor quando chegou da Bahia porque em São Paulo as mães estimulavam seus filhos muito mais do que lá. Outra indicação de que o que foi classificado como cuidado inadequado se prende a valores culturais da pesquisadora e da pesquisada, ocorreu com uma mãe cujo filho estava deitado nu, cercado de moscas, sem receber nenhuma atenção, sendo categorizado como inadequadamente cuidado. Em

uma visita posterior, contudo, a mãe orgulhosamente foi mostrá-lo à pesquisadora.

Além deste sistema cultural de crenças, as condições físicas da moradia implicavam em uma grande necessidade de organização; por exemplo, a ausência de água canalizada implicava em um grande esforço para obter e manter os cuidados higiênicos. A desorganização familiar, por sua vez, vista em associação com casas desarrumadas, afetava o desenvolvimento infantil aumentando a susceptibilidade a doenças. Em consequência, a desorganização familiar pode afetar a criança desde desnutrição à morte, passando por toda a gama de distúrbios emocionais. No entanto, é o estado "nutricional" afetivo da mãe ou responsável o indicador de possíveis danos ao desenvolvimento infantil. Por exemplo: a única família monoparental, uma mãe que voluntariamente se recusara a morar com a sogra por desejo de manter a sua identidade - mesmo morando sob a ponte - encontrava-se, no momento, perfeitamente estruturada.

A terceira condição, portanto, que pareceu afetar negativamente o desenvolvimento infantil foi a condição intra-subjetiva materna: mães "despossuídas", elas próprias privadas de afeto, ânimo, esperança, pareceram não poder dispender um cuidado adequado a seus filhos.

Pela análise dos dados de anamnese e da observação, as crianças puderam ser divididas em dois grupos: bem desenvolvidas e subdesenvolvidas. Pareceu-nos que as condições radicais de vida dos pais também radicalizaram o desenvolvimento infantil pois os pais não tinham meios de compensar qualquer tipo de distúrbio que pudesse aparecer.

Quanto às semelhanças entre os vários padrões de cuidados, o contexto coletivo do modo de vida influenciava a relação mãe-criança e consequentemente, o desenvolvimento infantil. O arranjo espacial das moradias facilitava tanto o apego mãe-filho quanto relações com vários adultos e crianças, quanto a autonomia. Mães e crianças foram vistas continuamente cercadas por outros adultos e crianças, em interações permanentes. A criança foi vista sendo cuidada por outros adultos além da mãe, mas esta estava sempre acessível à criança. Como exemplo: uma menina de 4 anos estava deitada em uma rede armada na sala de visitas, com febre. Acha um grande laço de fita cor de rosa nos cabelos e estava cercada pela sua preocupada mãe - que já a havia levado ao posto de saúde onde fora diagnosticado infecção na garganta - e várias meninas que se ressentiam de não poder brincar com ela.

Crescendo, como pode ser visto no exemplo, as crianças tinham muitas oportunidades para o contato social com finais e adultos. A ruela interna funcionava como um quintal coletivo. Mesmo se as mães declararam não permitir a autonomia dos filhos, isto era virtualmente

impossível de ocorrer. As casas eram pequenas, geminadas, sem janelas, escuras, mal iluminadas, de modo que a porta frontal estava sempre aberta. As crianças eram naturalmente atraídas por outras crianças. As próprias mães permaneciam fora, conversando, lavando roupas e pratos ou mesmo cozinhando com seus filhos circulando ao seu redor. Por exemplo: uma menina de 3 anos de idade ia tomar banho quando os pesquisadores chegaram. Inicialmente a mãe a penteou enquanto respondia às perguntas. Um grupo de meninas entrou na casa e a menina saiu com elas e ficou brincando fora próxima à casa. Durante a longa entrevista, o grupo entrava e saía da casa para ver o que estava acontecendo mas também atendendo ao chamado da mãe.

A vida na rua é um verdadeiro desafio para este modo de vida dado eles estarem, de fato, na rua. Os pais tentavam restringir este “inimigo” - a rua. As mães declararam não permitir a saída de suas crianças aparentemente porque cuidar significava ter sob as vistas mas também, de um modo mais profundo, porque facilmente pudemos antever como os “valores” da rua podiam se impor sobre os “valores” da casa, da família, da autoridade paterno. As mães tentavam manter seus filhos sob seu controle mas com 6 anos de idade, estes estavam na rua Além disto, crianças com 12 anos já deviam estar trabalhando desde que não foram vistas no local, ou foram vistas trabalhando.

Como um resumo, podemos dizer que este modo de vida sem casa favorecia o apego, a socialização e o desenvolvimento infantil inicial a menos que a mãe estivesse “de-privada” ou as condições sanitárias levassem a morbidade ou mortalidade. Seu modo de vida radicalizava suas possibilidades de resolver dificuldades desenvolvimentais. A autonomia foi uma questão contraditória desde que as mães a negavam enquanto a observação direta a mostrava. A questão em aberto é o que significa estar na rua.

#### **4.3. as crianças segundo dados da observação na rua**

Segundo Francisco, um morador, haveria no local 1350 crianças. Embora este número possivelmente tenha sido superestimado, pudemos observar inúmeras crianças, de variadas idades, brincando ou se movimentando na rua interna ou no pátio adjacente.

Enquanto os adultos permaneciam dentro das casas ou em seus arredores, sentados ou conversando, as crianças circulavam pela ruela central, pátio adjacente e interior das casas, em grupos de três ou quatro coetaneos. Mudavam constantemente de atividade. A composição do grupo também se alterava com frequência, com a entrada ou

saída de elementos sem aparentes conseqüências; ou seja, as crianças se agrupavam espontaneamente por atividade e por idade, com grande variabilidade intra e intergrupar. Esta variabilidade não pareceu interferir na dinamiza grupar: as atividades prosseguiram ou não, sem aparentes conseqüências. Não observamos nenhum conflito. As atividades tinham curta duração, sendo empreendidas pelas crianças sem participação dos adultos.

As crianças observadas brincando tinham entre 3 e 13 anos. As brincadeiras aparentemente visavam o interrelacionamento, ou seja, o estar junto brincando pois não observamos conflitos, nem competição. Por exemplo, um menino empurrava um outro menino em um carrinho e daí trocavam de posição; um espirrava água no outro através de uma pistola de brinquedo e intercambiavam posições, etc. Por outro lado, havia lideranças, aceitas aparentemente sem discussões pelo grupo. As crianças se dividiam, nas brincadeiras, por idade, por sexo e por parentesco (grupo de irmãos ou primos).

As brincadeiras observadas puderam ser categorizadas em: brincadeira de imitação de atividade adulta; brincadeira de imitação mútua; brincadeiras ativas; e jogos. Os jogos observados caracterizaram-se por regras muito simples (uma a três por jogo) que eram, contudo, respeitadas pelos jogadores.

Os objetos das brincadeiras e jogos - bicicleta, bolas, bolinhas de gude, pistola, carrinho, bonecas - eram partilhados por todos do grupo embora realmente pertencessem a uma criança. Sua função parecia ser a de possibilitar a relação entre as crianças através da atividade por eles veiculada. Funcionavam, pois, como facilitadores da relação a ser partilhada por todos.

Os adultos não interferiram em nenhuma das atividades das crianças observadas na rua. Em um único caso, em que meninas entre 3 e 5 anos brincavam de casinha na rua, a mãe de uma delas, a líder, interrompeu bruscamente a brincadeira retirando o pente, a esponja e a vassoura, objetos essenciais à brincadeira e dando fim a esta.

Foram observados meninos entre 10 e 13 anos trabalhando na construção e conserto de carros de feira e auxiliando no ponto de venda dos catadores de lixo localizado no agrupamento. Os meninos construíam os carros a partir de sucata e com eles transportavam compras da feira para a casa dos fregueses.

Da observação do modo de vida e das atividades livres das crianças pudemos ver que as relações com crianças eram fundamentais na socialização infantil. Além disso, a temporalidade observada na casa, pode estar ligada a: foco de atenção se alternando rapidamente; pequena permanência em um mesmo lugar; mudança constante de atividades e na formação do grupo. A orga-

nização coletiva da casa e do local pode estar ligada a brincadeira mais dirigida ao pertencimento do grupo do que à competição e regras “objetivas”; atividades dirigidas ao grupo como um todo não almejando a diferença entre os membros; objetos pertencendo a todos durante a atividade e servindo como instrumentos intermediários para atingir o propósito de brincar e não de posse; não reconhecimento de lideranças; diferenciação não clara entre espaço privado e público; brincadeiras de iniciação de adultos denotando um sistema de aprendizagem por imitação, por “enculturação” mais do que por “ensinagem”.

#### 4.4. desenhos

Um total de 40 desenhos foram feitos por 23 crianças com idade variando entre 6 e 13 anos. Os desenhos consistiam basicamente de casas, árvores e pessoas. Os desenhos denotam expansão com ausência de base onde se apoiar e construir. Aspectos característicos eram as paredes “coadoras”, desenraizadas e com copas inexistentes, indicando sentimentos intensos de insegurança ligados à falta de enraizamento e dificuldade de encontrar um espaço social e imaginário para se desenvolver. O presente se tornou o único tempo possível com uma alta esvaziamento e desorganização internas pela ausência de pontos de referência exteriores.

#### CONCLUSÃO

Algumas características do contexto desenvolvimental deste agrupamento de sem casa

#### BIBLIOGRAFIA

- BERNARD, Y. La France au logis. Lége, Mardaga, 1992.
- BOWLBY, J. Apego. São Paulo, Mal Fontes, 1984.
- DAMASCO, R. A casa e a rua. Sao Paulo, ED. Brasiliense, 1985.
- GOODMAN, L.; SAXE, L.; HARVEY, M. Homelessness; psychological Uma: broadening perspectives. *Journal of Community Psychology*, Special Issue: Homelessness, 46(11): 1219-122 1991.
- GUICH, D. V. Atividades lúdicas e sociabilidade: enfoque: pour um sociológico de la infancia. *Revista da 1ª Instância em Sociologia*, p. 375-398, 1990-1991.

sedentários foram: o contexto favorecendo não apenas o apego mãe-criança como outras relações múltiplas e simultâneas; forte influência do grupo das crianças; espaço pessoal coletivo ou “um sentido de self que incorpora outras pessoas” (TRONICK et al., 1992); “temporalidade policêntrica”: autonomia percebida pelas mães como perigosa e as crianças estando “na rua”; falta de saneamento básico facilitando morbidez; diferenciação precoce entre crianças “bem” e “mal” desenvolvidas devido à falta de suporte social às dificuldades dos pais; escolarização atrasada; falta de permanência e enraizamento possivelmente associada à instabilidade.

Este estudo concluiu também ser inadequada a definição da ONU de “homeless” aplicada à população estudada, pois enquanto tal definição enfatiza a não estabilidade ou precariedade da moradia como a sua principal característica, no nosso estudo foi a presença da “casa” que os caracterizou: a criação de um espaço “estável” no espaço público, a “encenação de uma casa simbólica na privação de uma casa real.

Contudo, a conclusão mais importante pode ser encontrada nas palavras de um morador para quem o principal problema era, mais do que as condições da moradia, de falta de alimento e de trabalho, o fato de nunca alguém ter se interessado em perguntar como vão, nunca alguém ter se importado, e de ter de viver sempre como um pária”. Para Seno Cornely (Conférence Mundial sobre os Direitos Economicos das Famílias) estamos perdendo a capacidade de indignar-nos ante fatos sociais graves como os das pessoas “sem casa” e tantos outros; para nós, é a perda dessa capacidade de que torna indigna a vida outrossim tão digna dessas pessoas.

- HALO E. T. Bise dance of life. 77-c olhar dimension of time. New York - Anchor Books/Doubleday, 1983.
- HILL, R. P. Homeless women, special possessions, and the meaning of “home: an ethnographic case study. *Journal of Community Research*, 18: 298-310, December, 1991.
- MOLNAR, J. M.; RATH, W. R.; KLEIN, T. P. Constantly compromised: The impact of homelessness on children. *Journal of Social Issues, Urban Homelessness*, 46(4): 109-124, 1990.
- RABINOVICH, E. P. Modo de vida e relação da criança com o andar, o modo de morar e o modo de dormir. São Paulo, 1992. [Dissertação de mestrado - Instituto de Psicologia / USP].

- \_\_\_\_\_ A casa dos sem casa. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 12(3/4): 16-23, 1992.
- \_\_\_\_\_ A casa dos sem casa. *Cahiers Santé*, 31: 375-381, 1993.
- \_\_\_\_\_ Modo de dormir e relação mãe-criança. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 13(1/2/3/4): 22-29, 1993.
- \_\_\_\_\_ *O Modo de morar e a vida cotidiana como Indicadores qualitativos do desenvolvimento infantil: um estudo de uma população de crianças de 0-3 anos na zona rural do Piauí, Brasil*. Oficina de Reflexão do Centro Regional de Desenvolvimento Infantil-CNBB, Pastoral da Criança, Teresina, 1994 "no prelo".
- RAFPERTY, Y; SHINN, M. The impact of homelessness on children. *American Psychologist Special Issue: Homelessness*, 46(11): 1170-1179, novembro, 1991.
- RIVLIN, L. G. Home and homelessness in the lives of children. *Child and youth services*, 14(1): 5-17, 1990.
- SIQUEIRA, A. A. F.; OLIVEIRA, D. C.; RABINOVICH, E. P.; SANTOS, N. G. Instrumentos para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento infantil na atenção primária à saúde. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.*, II(2): 59-99, 1992.
- TASCHNER, S. P.; RABINOVICH, E. P. *The homeless in Sao Paulo: spatial arrangements*. Paper Presented at XIII World Congress of Sociology, Bielefeld, Germany, 17-23 July 1994, "no prelo".
- TRONICK, E. Z.; MORELLI, G. A.; IVEY, P. K. The forager infant and toddler's pattern of social relationships: multiple and simultaneous. *Developmental Psychology*, 29(4): 568-577, 1992.

recebido em: 10/11/93

aprovado em: 20/04/94